

JORNAL DE BRASÍLIA

7 JUN 1986

Esforço e precipitação

Já faz tempo que a tese de defesa da consolidação das instituições do País obteve posição favorável em todos os segmentos do pensamento nacional. Trata-se de verdadeira unanimidade o posicionamento em favor do fortalecimento das instituições, sem o que a Nação não encontrará o definitivo assentamento de um regime plenamente democrático e imune às intempéries comuns nas democracias. Na verdade, os eventuais contratempos não tomam relevo quando se dão na esfera de um regime estável, sustentado na solidez das instituições.

Têm merecido os aplausos da sociedade os constantes avanços alcançados na esteira de desenvolvimento do processo de abertura. Toda a Nação tem se esforçado em mobilizações, que não raro, redundam em notáveis campanhas cívicas, sem as quais não se conseguiria viabilizar as mudanças fundamentais de que o País tanto necessita.

Entre as tantas medidas em busca do aperfeiçoamento da vida nacional, aguardase uma muito importante, que é o alinhamento das atividades do Congresso Nacional nos trilhos da sensatez. O que seria mais importante para o País? A pertinácia de um trabalho constante e evolutivo, baseado em decisões pensadas e discutidas, ou o atropelamento de medidas adotadas no acomodamento dos tais esforços concentrados?

Para todo o País seria mais proveitoso que o Senado Federal e a Câmara dos De-

putados atingissem a fecundidade através da elaboração de um calendário coerente, que levasse em conta a necessidade de tempo para que as decisões, das mais importantes, fossem tomadas com base em abrangentes apreciações. Os solavancos com que se deliberam medidas vitais para os interesses nacionais são caminhos que levam à imperfeição.

Aos olhos dos menos avisados, os projetos apreciados pelo Congresso, em recentes sessões de esforço concentrado, podem representar avanços. Senado e Câmara votaram, em reuniões corridas a galope, o projeto que fixa piso salarial para jornalistas, o da garantia de estabilidade de emprego, o da propaganda eleitoral paga e o de despesas em propaganda eleitoral. Com efeito, são medidas demagógicas, em sua essência, que além de contrariar os princípios basilares do Plano Cruzado, tolhem as administrações empresariais em sua livre gestão.

Para quem deseja analisar com isenção as deliberações parlamentares, torna-se imprescindível vislumbrar o verdadeiro fulcro da questão, encaixando nos lugares devidos os objetivos que são perseguidos atualmente, pela sociedade brasileira. Tais procedimentos, destoantes da congruência e da responsabilidade, só levam ao desalento os que crêem na consolidação das instituições.